

**MARACATU É DE BAMBALIÊ!
CULTURA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO CEI SÃO CARLOS**

Aurilene Pereira de Jesus¹

RESUMO

O trabalho proposto objetiva refletir e socializar uma experiência com o maracatu cearense por meio de uma vivência cultural envolvendo a elaboração de um espetáculo com elementos dessa manifestação afrocearense, realizada com as crianças da pré-escola do CEI São Carlos, com fins de apresentação no Festival Protagonismo Infantil, edição 2024. Para a fundamentação teórica do estudo, dialogamos com teóricos como: Petit (2015), Marques (2008), Alencar (2007) e algumas produções audiovisuais. A prática envolveu 15 (quinze) crianças na encenação direta e mais 25 (vinte e cinco) nas vivências em sala e desfecho da apresentação, totalizando 40 (quarenta) crianças alcançadas. Com essa ação, e a receptividade que tivemos das crianças, famílias, professoras e gestão escolar, por meio de todo o envolvimento mobilizado pelas diversas mãos/corpos que se fizeram presentes, é possível inferir que a cultura negra é pulsante na comunidade escolar, revelando identificações e pertencimentos potentes.

Palavras-chave: Maracatu. Cultura. Escola.

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996), tornou-se obrigatória a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo das escolas públicas e privadas do país (Brasil, 2003). Posteriormente, essa diretriz foi ampliada pela Lei nº 11.645/2008, que acrescentou à obrigatoriedade os estudos sobre as culturas indígenas. Contudo, mais de duas décadas após a sanção da primeira dessas leis, ainda enfrentamos inúmeros desafios para a efetivação de uma educação que contemple a diversidade étnico-racial de maneira estruturada e transformadora.

Um dos principais entraves está no próprio campo da formação docente. Muitos professores e professoras ainda não se sentem preparados para abordar a temática afro-brasileira de forma crítica, sensível e comprometida. Isso revela não apenas uma lacuna técnica, mas um obstáculo que atravessa dimensões simbólicas, subjetivas e culturais - especialmente no que diz respeito à construção de uma postura antirracista no exercício do magistério.

¹ Professora pedagoga da rede municipal de ensino de Fortaleza, especialista em psicopedagogia pelo Centro Universitário ATENEU e graduada em pedagogia pela FAGED/UFC. Fortaleza, CE, Brasil. Email: auridyrua@gmail.com

Como enfatiza Sandra Petit (2015), a sensibilização dos educadores requer mais do que capacitações pontuais: exige uma mudança profunda de mentalidade. Nesse sentido, a autora propõe o referencial teórico-metodológico da Pretagogia (Petit, 2015), cuja proposta se fundamenta em princípios como o autorreconhecimento étnico, a valorização da ancestralidade, a sacralidade, a oralidade, a circularidade, e a consciência crítica do lugar social historicamente atribuído à população negra.

Nesse contexto, uma pergunta se impõe: estariam os professores dispostos a transformar seu fazer pedagógico a partir desses princípios, revisitando suas próprias práticas e visões de mundo? A compreensão de afrodescendência, aqui, não se restringe a uma herança genética ou fenotípica, mas assume uma dimensão eminentemente cultural (Cunha Jr., 2007). Como brasileiros, trazemos em nossos corpos, línguas e práticas sociais marcas profundas da presença africana em nossa formação histórica - ainda que esta tenha sido sistematicamente negada ou demonizada pelas estruturas hegemônicas do Estado e da educação formal.

O caso do Ceará é emblemático: sustenta-se, por vezes, uma memória oficial que esconde ou dilui a presença negra, favorecendo narrativas de miscigenação que minimizam os efeitos do racismo estrutural e cultural. Diante dessa realidade, questionamos: a quem interessa o apagamento da história e da cultura afrodescendente? E como reverter esse quadro? As expressões de africanidades cearenses estão presentes em diversos territórios culturais e simbólicos - e o maracatu é uma dessas manifestações que resiste e denuncia o esquecimento.

Por isso, trazê-lo como objeto de estudo neste artigo é também um gesto político, pedagógico e afirmativo. Como brincante do carnaval de Fortaleza há anos, trazer esse tema para o campo científico de minhas andarilhagens acadêmicas, é a motivação mais prazerosa e próxima da minha “verdade” significativa e afetiva. Sou atravessada pela cultura popular que se manifesta em meu bairro (Pici) e, posteriormente, junto à minha comunidade, pode ser instrumento e porta-voz dessa cultura festiva e ancestral, que permeia toda Fortaleza negra. A periferia respira as manifestações da cultura afrodescendente por todos os lados e, estas, são as nossas primeiras escolas.

A cultura é movimento vivo, que se reinventa e resiste. O maracatu, enquanto prática popular de matriz afro-brasileira, carrega marcas históricas da diáspora africana, especialmente no contexto da escravidão. Desde o período colonial, a chegada forçada de africanos ao Brasil resultou na introdução de inúmeros elementos civilizatórios que transformaram profundamente os modos de viver e de expressar o mundo neste território. No

entanto, ao serem arrancados de suas terras, muitos desses sujeitos foram submetidos a rituais de esquecimento, como o que ocorria no Benim, diante da chamada "árvore do esquecimento", e suas voltas de aniquilamentos - um dispositivo simbólico colonial que pretendia apagar memórias, identidades e vínculos com o continente africano.

Os escravos homens deviam dar nove voltas em torno dela. As mulheres, sete. Depois disso supunha-se que os escravos perdiam a memória e esqueciam seu passado, suas origens e sua identidade cultural, para se tornarem seres sem nenhuma vontade de reagir ou se rebelar. Que aberração! Que contradição! Na história humana alguém já viu um nagô esquecer suas origens e sua identidade cultural, se ela está tão marcada em seu rosto e tão incrustada em seu coração? (Atlântico [...], 1998, 15 min 54 s).

Tal intento, todavia, revelou-se inócuo diante da força ancestral que habita os corpos e saberes do povo negro, conforme denunciado no filme mencionado. O maracatu é uma dessas formas de resistência e reexistência. Trazido ao Brasil por povos africanos, ele ressignificou o antigo ritual de coroação do rei e da rainha no Congo, sendo apropriado, no contexto colonial, pelos escravizados em celebrações autorizadas - mas vigiadas - pelos escravocratas.

Como observa Marques (2008), essas ocasiões permitiam não apenas momentos de diversão, mas também a afirmação de sociabilidades próprias, visão de mundo e resistência simbólica. Vestidos rodados e outros acessórios e adereços eram emprestados pela elite escravista e ocorria toda aquela ritualística, revivendo uma vida antepassada. Para Marques, essas ocasiões “[...] eram momentos em que os negros ocupavam o lugar de senhores/amos/patrões; divertindo-se, mas, também, conquistando espaços, onde se exerciam sociabilidades e se expressavam visões próprias de mundo (Marques, 2008, p.173). É bem verdade que nada estava sendo consentido de fato, era mais uma forma de domesticação, vigília e docilização, bem como manipulação e negociação de interesses por parte dos senhores/patrões/donos. Ou seja, nada estava sendo dado.

Contudo, “Nessa festa de negros muitas outras dimensões sociais e culturais certamente podiam-se projetar: resistência, religiosidade, sociabilidades, identidades, territorialidades, e outras mais” (Marques, 2008, p. 170). No Ceará, desde o século XVIII, temos registros dessas práticas no interior das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, instituições que acolhiam parte da religiosidade permitida aos negros. De acordo com Descartes Gadelha: “Ao negro foi permitido algumas práticas religiosas católicas.



E o clero cedia algumas igrejas que se tornaram conhecidas como a igreja dos pretos... como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos [...]” (Os cearenses [...], 2016, 10 min 4 s).

Com o passar do tempo, devido ao conservadorismo religioso, essa coroação passa a ser realizada exclusivamente fora da igreja. Assim, juntamente com outras práticas culturais oriundas do rito de coroação - como foi o caso dos autos dos reis do Congo -, passam a ocupar o lugar de manifestação cultural brincada na rua pelo povo.

Constando de cortejos com as presenças de rei, rainha e seu séquito até a igreja e após a coroação, nos quais os soberanos trajavam riquíssimo vestuário muitas das vezes tomado emprestado de seus senhores, os rituais da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com o passar do tempo, foram sendo transformados em espetáculo de dança com batuques, exibido na rua e na frente das casas abastadas, resultado de acerto prévio, agregando influência dos povos nativos e sua rica cultura aborígine, enriquecendo o figural a partir desse contato e preservando uma estreita ligação com os rituais afro-brasileiros (Calé, 2008, n.p.)

Podemos ver essa corte transitando por alguns espaços além das Irmandades, como é o caso das congadas e dos maracatus. De acordo com Marques (2008, p. 170), “é importante analisar o deslocamento da corte negra presente na Irmandade do Rosário e nos autos de rei Congo para os maracatus fortalezenses, já em fins do século XIX [...]”. Temos registros de maracatus no Ceará a partir das duas últimas décadas do século XIX e é importante observar que não houve um término das coroações na Igreja do Rosário para que houvesse o início da manifestação do maracatu. A coroação no âmbito da Irmandade durou até o início do século XX, onde concomitantemente, o maracatu tratava-se do: “cortejo que acompanhava os reis negros (congos) coroados na igreja do Rosário, incluindo-se aí tanto a nobreza quanto a diversidade de “súditos” que a seguia pelas ruas da cidade [...]” (Marques, 2008. p. 174).

Registros mais recentes vão encontrar um deslocamento, desde a década de 1930, do nosso maracatu cearense, ocupando lugar de agremiação carnavalesca na cidade de Fortaleza, inaugurando essa categoria o Maracatu Az de Ouro.

O estudo aqui exposto buscou ter metodologia afrodescendente, onde o sentido da afrodescendência (Cunha, 2007) também é formulado pelo referencial teórico e metodológico da Pretagogia, que traz em seus ensinamentos “o autorreconhecer-se afrodescendente, assumindo uma postura autoafirmativa e lembrando sempre a importância da raiz africana para nossa constituição como pessoa” (Petit, 2015, p. 122). O presente trabalho objetiva contribuir com o movimento que vem sendo feito em prol de tornar visível a cultura de matriz

africana e afrodescendente do Ceará, respaldando-se pelas leis do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

DESENVOLVIMENTO

O maracatu constitui um cortejo que retrata a manifestação da cultura africana, tendo na coroação dos reis congos sua demarcação mais precisa, acompanhado de alas com personagens que envolvem diferentes elementos da cultura africana, afrodescendente e indígena no Ceará. Apesar da história fazer alusão ao casal de reis negros, é possível perceber a existência de “loas que se referem sempre e só, à coroação da Rainha por oposição aos congos” (Gomes, 2025), onde desde o século XIX já existia essa prática de coroar necessariamente a rainha do maracatu.

Para alguns autores, essa marca se deve à uma suposta celebração à Rainha Ginga de Angola, que se ergueu com vigor contra a colonização, sendo homenageada, por sua braveza, com as rainhas de maracatus no Brasil. Seguindo as representações do brinquedo, temos a calunga, uma boneca preta sagrada que cruzou o Atlântico e que faz parte da cerimonialização de coroação. É uma boneca angolana e simboliza o sagrado juntamente com os pretos velhos e os orixás.

Na caracterização dos personagens do maracatu, vamos encontrar a presença do negrume, como uma prática de pintar o rosto - sua origem desde o início do século XX tem várias versões, como: forma de esconder a identidade dos brincantes, perseguidos pela polícia, assim como todas as práticas negras que foram marginalizadas desde a “abolição”; uma afirmação política, opondo-se ao branqueamento do Ceará (Cabral, 2020); ou um aspecto da tradição e/ou estético. Outro elemento que marca bem a identidade de nosso maracatu cearense é a sua loa, canção que traz um tema escolhido pelo maracatu para ser retratado em seu desfile. O maracatu é todo caracterizado de acordo com o enredo dessa canção. Aqui no Ceará, vamos ter essa loa com uma característica temática a partir da década de 60, por exigência da organização do evento carnavalesco da cidade, o que também diminuiu o percurso do cortejo, que antes era bem extenso e se cantavam variadas canções.

O maracatu faz parte desse arsenal de reelaborações da cultura africana em território brasileiro. Nasce como um marco territorial de luta pela manutenção de uma cultura que, o tempo todo, a colonização tentou apagar e diminuir, e de resistência, ao mostrar a força da

cultura africana que veio de forma dispersa para cá - mas cuja estratégia de separação por parte do dominador não invalidou suas demarcações até os dias de hoje.

Sobre a separação dos povos africanos na diáspora, essa foi uma forma de enfraquecer cada vez mais suas culturas, e isso ocasionou outras formas de vivenciá-las - como temos o exemplo das religiões de matrizes africanas, onde cada orixá era cultuado em sua nação e com uma etnia específica na África. Já no Brasil, temos um culto que reúne diversos santos/entidades, reinventando assim as formas de cultuação. Acerca da relação do maracatu com a religiosidade afro, é importante destacar que hoje ele é organizado e tem à sua frente pessoas ligadas às religiões de matrizes africanas, não tendo mais, necessariamente, a ligação que no passado havia com o catolicismo por meio das Irmandades dos Homens Pretos, apesar de ainda trazer resquícios simbólicos de lá.

É curioso que o maracatu, assim como as religiões afro, nasce como uma prática de resistência - da força de manter valores que o colonizador tentou apagar. É uma forma de conquista de espaço para o negro na cidade de Fortaleza, como foi para o restante do país, onde falar da cultura da negritude na escola não se trata mais de algo optativo, que um ou dois professores possam vir a se interessar - se faz urgente e obrigatório. Acredito numa escola antirracista e acolhedora da diversidade que nos chega todos os dias em nossas práticas de ensino-aprendizagem diárias e, sobretudo, na ideia de que a educação deve se posicionar como portal de vivência do pertencimento étnico-racial, em seu fazer pedagógico.

Dito isso, trazemos a manifestação do maracatu para o território de ensino-aprendizagem com nossas crianças da educação infantil, pois estamos falando de uma fase da vida onde se começa a formular o conhecimento que será levado para uma vida toda, e a cultura de um povo é seu fortalecimento mais potente, mas se faz necessário se fazer sabida e vivida pelas gerações futuras.

A presente experiência foi mobilizada com turmas da pré-escola do Centro de Educação Infantil São Carlos em 2024, período em que estive como professora dessa instituição. O trabalho realizado com as crianças teve como objetivo a preparação de um espetáculo com elementos do maracatu, envolvendo música, dança e teatralização, para ser apresentado no Festival Protagonismo Infantil, edição 2024, que ocorreria no Cineteatro São Luiz.

Para nossa alegria, o tema do festival seria: “Educação Antirracista desde a Primeira Infância: relações étnico-raciais na Educação Infantil”, justamente a temática que vínhamos

trabalhando com bastante ênfase junto às crianças no CEI, e as ideias estavam fresquinhas. As contações de histórias afro, os turbantes, a capoeira, a confecção da boneca abayomi eram algumas abordagens que vínhamos mobilizando com as turminhas no intuito de gerar um ambiente acolhedor da diversidade.

O CEI São Carlos é uma unidade educacional localizada dentro da comunidade São Francisco. Atende crianças do Infantil 2 (dois) à Pré-escola. Para a realização dessa ação, nos limitamos a trabalhar com os Infantis 4 (quatro) e 5 (cinco), envolvendo, em média, 40 (quarenta) crianças, sendo 15 (quinze) com participação direta no espetáculo e 25 (vinte e cinco) com participação indireta.

O trabalho focou-se na elaboração da performance das crianças e, concordamos então, que o tema a ser vivenciado seria o maracatu. Escolhemos a história infantil *A Noite e o Maracatu*, de Fabiano Piúba e Descartes Gadelha, e reunimos com a canção *É de Bambaliê*, de Raimundo Alves Feitosa, o precursor do maracatu cearense enquanto agremiação carnavalesca, em Fortaleza, a partir da década de 1930, com o Maracatu Az de Ouro.

Para compor os figurinos e acessórios, pedimos que as famílias mandassem as crianças com determinada cor de roupa no dia da apresentação, e também contamos com alguns figurinos do Maracatu Nação Pici, que foi um grande parceiro. Os ensaios foram feitos no pátio do CEI e, frequentemente, havia contratempos com alguma criança que faltava ou desistia por algum motivo. Uma das causas era justamente o estranhamento com a temática que estava sendo abordada - estranhamento muitas vezes por parte da família, e não da criança. Lembro de uma criança que justificou a saída do espetáculo porque a mãe não havia permitido, alegando que sua religião não permitia.

Foram inúmeras as situações que tiveram que ser superadas para que pudéssemos alcançar nosso objetivo. A história escolhida remetia a várias simbologias da noite, dos astros, animais, então colocamos cada criança para personificar um símbolo. Havia uma criança bem negra, e a primeira ideia foi atribuir a ela o personagem da Noite, mas depois refletimos: por que ele teria que ser necessariamente a Noite? Por causa da cor da pele? Isso não se justifica. Ele poderia ser qualquer outro personagem. Foi aí que essa criança se deslocou da taxativa e estereotipada função de ser a Noite.

O espetáculo abria e fechava com uma das crianças cantando o trecho de uma loa (canção de maracatu) de domínio popular, que fez parte da história do maracatu na cidade e encantou ainda mais a produção do CEI São Carlos, além de uma música de teatro popular de

rua. Gravamos as músicas cantadas por essa criança anteriormente e a voz de uma das professoras contando a história, que seriam dubladas e encenadas, respectivamente, para evitar imprevistos com o áudio no momento da apresentação.

Como, no final da encenação, todas as crianças teriam que cantar coletivamente a música do maracatu, essa canção foi trabalhada em sala não só com aquelas que iriam se apresentar, mas com todo o grupo, fazendo toda uma contextualização da letra com eles, explorando curiosidades sobre o que seria esse maracatu e inúmeras outras situações. No dia da apresentação, não participaram apenas aqueles do espetáculo, mas também os outros colegas. Havíamos combinado com eles que, ao término da apresentação, aqueles que estavam na plateia levantariam-se para cantar junto com o maracatu e, assim, compor o número coletivamente. Foi uma apresentação maravilhosa. As crianças se divertiram muito, conheceram o teatro e nós, professoras, ficamos orgulhosas. Foi uma lindeza. O público alcançado foi bem expressivo, tendo em vista que chegamos até àquelas crianças que foram apenas para assistir, pois estas compuseram um coral para entoar a canção final do trabalho.

As famílias também tiveram participação, pois algumas acompanharam os filhos até o teatro, contribuindo com cuidados que se estenderam ao grupo todo. É bem verdade que houve criança que, durante o processo, não pôde participar, por diversos motivos - sendo mais marcante o fator do preconceito e da intolerância religiosa.

CONCLUSÕES

A intolerância religiosa, em suas manifestações cotidianas, evidencia de maneira inequívoca a necessidade premente de uma educação antirracista que transcenda o mero discurso e se materialize em práticas pedagógicas transformadoras. Como alerta Sueli Carneiro em suas reflexões sobre o racismo relacional, tais atos de exclusão não são isolados, mas sintoma de uma estrutura social que perpetua hierarquias étnico-raciais, demandando que a escola se posicione ativamente como agente de descolonização dos saberes. Defendo, assim, uma instituição escolar antirracista e acolhedora da diversidade que irrompe diariamente em nossas práticas de ensino-aprendizagem, posicionando-se como portal privilegiado para a vivência plena do pertencimento étnico-racial no fazer pedagógico.

Nesse contexto, a alegria e a interação genuína entre crianças e familiares ao brincarem maracatu emergem como marcadores potentes de africanidades, permitindo o re-

conhecimento e a re-conexão com a ancestralidade africana. Essa brincadeira não é mero folclore, mas uma manifestação autêntica da cultura negra cearense, que resiste à invisibilização histórica imposta por narrativas coloniais. Experenciar o maracatu equivale a atuar deliberadamente pela visibilização e valorização das manifestações culturais negras no Ceará.

A prática pedagógica aqui relatada constitui uma ferramenta estratégica para reverter o conhecimento eurocentrado ainda hegemonicamente difundido nas escolas fortalezenses, alinhando-se à implementação efetiva da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira. Ao difundir o legado vivo da cultura negra cearense - presente em batuques, cocos e maracatus que pulsam nas periferias e mercados populares da cidade -, essa abordagem amplia os horizontes epistemológicos, combatendo o apagamento sistemático e promovendo uma pedagogia da reexistência, nos termos de Abdias do Nascimento.

O aspecto mais significativo dessa experiência reside no que perdura nas crianças: a abertura e aceitação demonstradas por elas e suas famílias, manifestadas na alegria e satisfação da interação com o maracatu. Tal fenômeno sinaliza que basta entreabrir a porta da cultura afro na escola para que irrompa uma profusão de identificações identitárias e a possibilidade de uma vivência comunitária autêntica. Essa dinâmica pedagógica dialoga diretamente com o entorno sociocultural, rompendo o *modus operandi* tradicional de distanciamento e abstração, que frequentemente isola o currículo das realidades periféricas.

A cultura local cearense, impregnada de tecnologias ancestrais africanas - dos atabaques aos agbês -, não encontra na escola um espaço de apagamento, mas sim de promoção radical de mudança de mentalidades. Valorizar práticas como o maracatu inicia o desmantelamento de uma historiografia que, ao longo dos séculos, subalternizou o negro e suas expressões culturais sob óticas pejorativas: do "vencido" pela escravidão, do "sujo" pela suposta inferioridade, do agente do "atraso civilizacional". Assim, essa intervenção pedagógica pavimenta o caminho para uma educação Truly decolonial, onde a diversidade é não apenas tolerada, mas celebrada como fundamento da cidadania plena. Viva o maracatu! Viva a cultura negra cearense e nossos ancestrais indomáveis!

REFERÊNCIAS

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

ALENCAR, C. **Origem e evolução do maracatu no Ceará.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007.

ATLÂNTICO negro – **na rota dos orixás.** Direção: Renato Barbieri. (S.L.: S.N.), 2020. 1 vídeo (53 min). Publicado pelo canal GAYA filmes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V1OqdhQItrI&t=71s>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

CABRAL, Gabriel. O negrume do maracatu cearense. Negrê, 10 nov. 2020. Atualizado em 24 fev. 2025. Disponível em: <https://negre.com.br/o-negrume-do-maracatu-cearense-um-grito-visual-de-negritude/#:~:text=%E2%80%9CN%C3%A3o%20existem%20negros%20no%20Cear%C3%A1%E2%80%9D&text=Isso%20decorre%2C%20dentre%20outras%20coisas,capa:%20Fernanda%20Siebra/SECULTFOR>. Acesso em: 18 maio 2025.

CUNHA JR., Henrique. Metodologia afrodescendente: referencial para estudo das relações étnico-raciais na pós-graduação. In: Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares - Globalização e interculturalidade: currículo, espaço em litígio?, 2007, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: [s. n.], 2007.

GOMES, V. N. Rainhas de maracatu. Virgílio Nogueira Gomes Gastrônomo, 2025. Disponível em: <https://www.virgiliogomes.com/index.php/cronicas/695-rainhas-de-maracatu>. Acesso em: 4 jul. 2025.

MARQUES, J. P. **Festas de negros em Fortaleza:** territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2870>. Acesso em: 12 maio 2025.

OS CEARENSES 28 – Macaratu. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (38 min). Publicado pelo canal Os cearenses - Fundação Demócrito Rocha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Hz2Albsogw&t=664s>. Acesso em: 2 jul. 2025.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia:** pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africana na formação de professoras e professores. Fortaleza: EdUECE, 2015.

